

Utilizar a internet implica deixar uma grande quantidade de informações que podem ser coletadas e processadas por diversos agentes, incluindo o Estado, nem sempre comprometidos com direitos humanos e padrões democráticos.

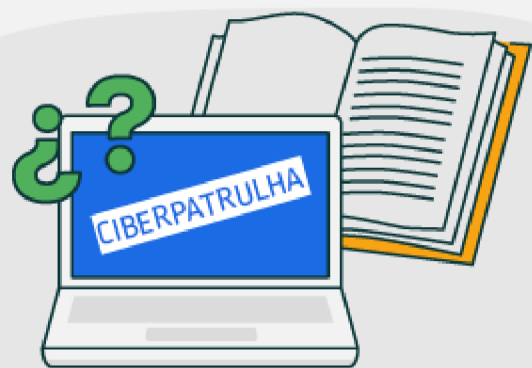


A expressão inteligência de fontes abertas (OSINT, do inglês *Open Source Intelligence*) refere-se a técnicas de coleta e análise de informações obtidas de fontes disponíveis "publicamente". Essas informações tornam-se "**inteligência**" quando se detecta que elas podem ser úteis para determinado fim, sendo então submetidas a processos de tratamento e análises.



No contexto global, há crescentes desenvolvimento e aquisição de tecnologias de vigilância em massa pelos Estados. Sua utilização, muitas vezes, ocorre à margem da legalidade e, mesmo nos casos em que há alguma regulamentação, ela é deficiente em geral.

Essa tendência implica sérias ameaças à liberdade de expressão e à privacidade das pessoas



Considerar como "públicos" conteúdos em plataformas privadas (ou seja, espaços que não pertencem propriamente ao Estado, mas a empresas) e monitorá-los por meio de "ciberpatrulhamento" constitui uma violação do direito à privacidade e à proteção de dados pessoais.



Conteúdos e dados pessoais são compartilhados via internet considerando que eles não serão expostos a agentes estatais. Mas estes têm utilizado tecnologias de vigilância que processam essas informações, muitas vezes de forma secreta e seletiva.



Essa situação acarreta formas de censura e autocensura, o que também constitui formas de violação à liberdade de expressão, com risco agravado para grupos ativistas e comunidades historicamente vulneráveis.